



ILAESE

Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos

www.ilaese.org.br

CONTRACORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim mensal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 12, Nº 97 - Dezembro de 2022

Balanço do Governo Jair Bolsonaro: Trabalho e renda

O governo de Jair Bolsonaro está nos últimos dias. Desde 2019, primeiro ano da atual gestão, o ILAESE produziu estudos sobre aspectos diversos da realidade brasileira, buscando compreender e traduzir para o movimento social o significado profundo do bolsonarismo.

O grupo político que governou o país nos últimos quatro anos deixa um legado nefasto para a classe trabalhadora e para o povo pobre. Este último Contracorrente de 2022 traz um balanço do período no que toca às relações de trabalho.

Antes de começar, ponhamos as coisas em seu lugar

Ao contrário da maioria dos analistas, do reconhecimento do caráter e efeitos do bolsonarismo no poder, não deduzimos que o rebaixamento do nível de vida da classe trabalhadora começou em 2019.

Os fenômenos mais à superfície expressam mudanças estruturais e não são mera decisão isolada de um governo. Em outras palavras, os governos petistas

também deram sua contribuição para o avanço do neoliberalismo sobre os direitos da maioria da população. Bem como, antes deles, os governos FHC, Itamar e Collor.

Esta afirmação é uma conclusão, mas também um ponto de partida. Por isso é essencial colocá-la no começo do balanço que agora iniciamos propriamente.



Trabalho *formal*

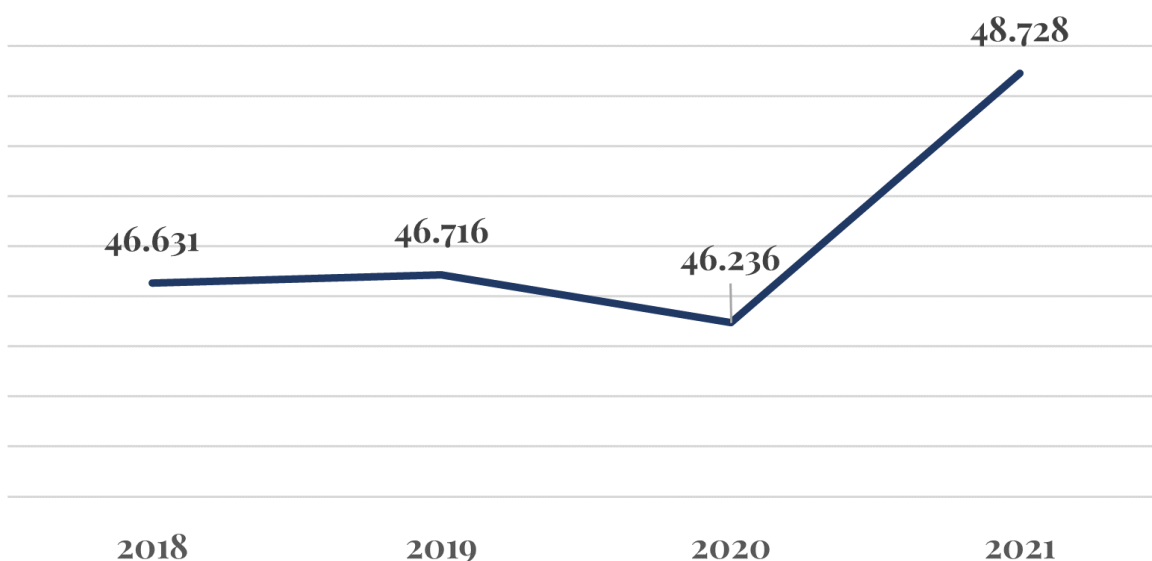
A equipe econômica e Bolsonaro nunca esconderam que viam o trabalhador brasileiro como um privilegiado.

“Tudo o que é demais atrapalha. É tanto direito que os patrões, os empreendedores, contratam o mínimo possível e pagam o mínimo possível”, disse o presidente, arrematando com

a frase que ficou famosa: seria preciso escolher entre “menos direitos e mais emprego ou todos os direitos e o desemprego”¹.

Comparando a evolução do emprego com carteira assinada a partir dos dados disponíveis, identificamos a seguinte realidade:

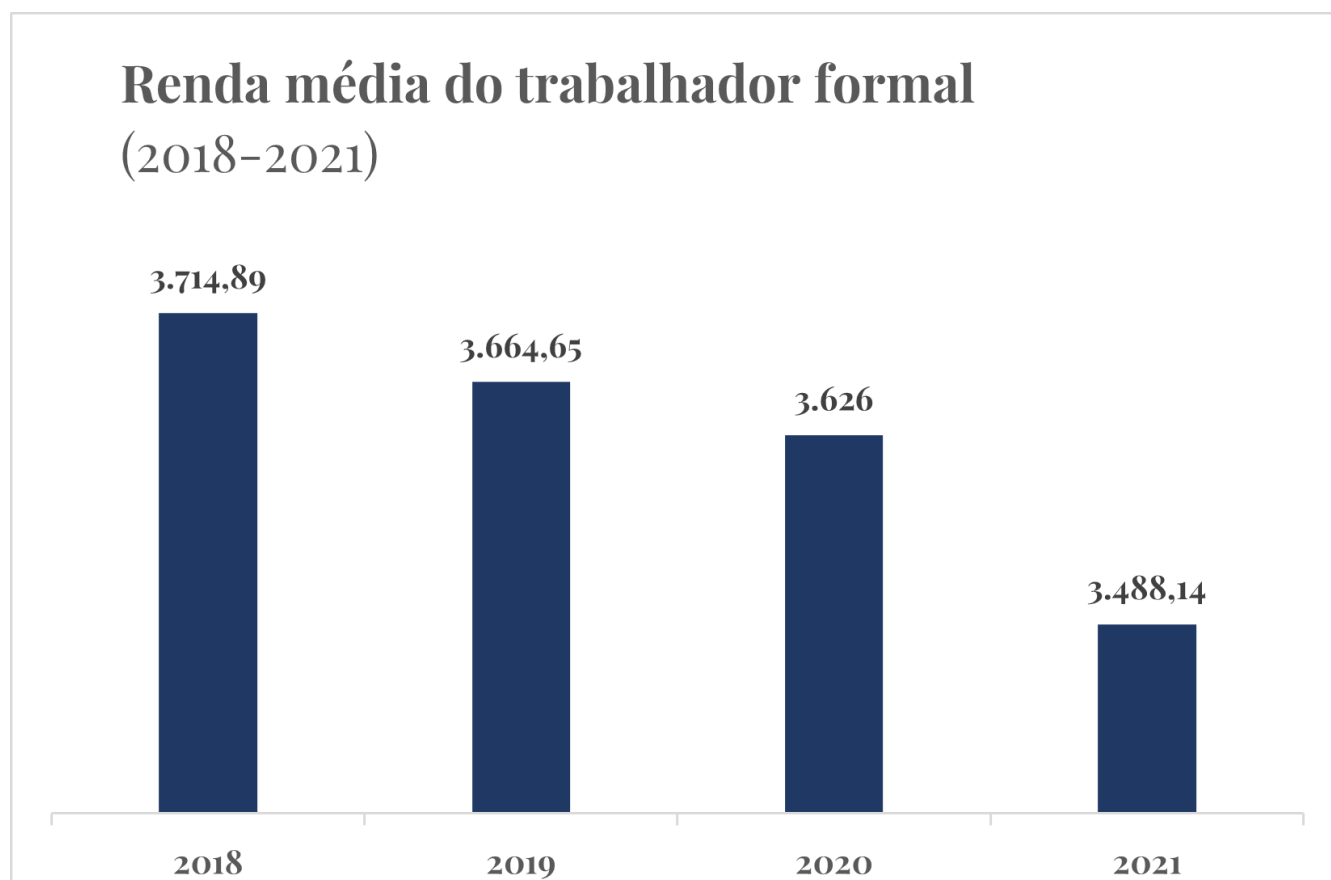
Trabalhadores formais no Brasil (2018-2021)



Fonte: PNAD IBGE (Elaboração ILAESE)

¹ <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-diz-que-no-brasil-ha-direitos-trabalhistas-demais-29062022>

As vagas formais (com carteira assinada) cresceram entre 2018 e 2021. Embora os dados de 2022 ainda não estejam fechados, a tendência deve se manter. Ao mesmo tempo, verificou-se uma tendência de queda na renda média desses trabalhadores.

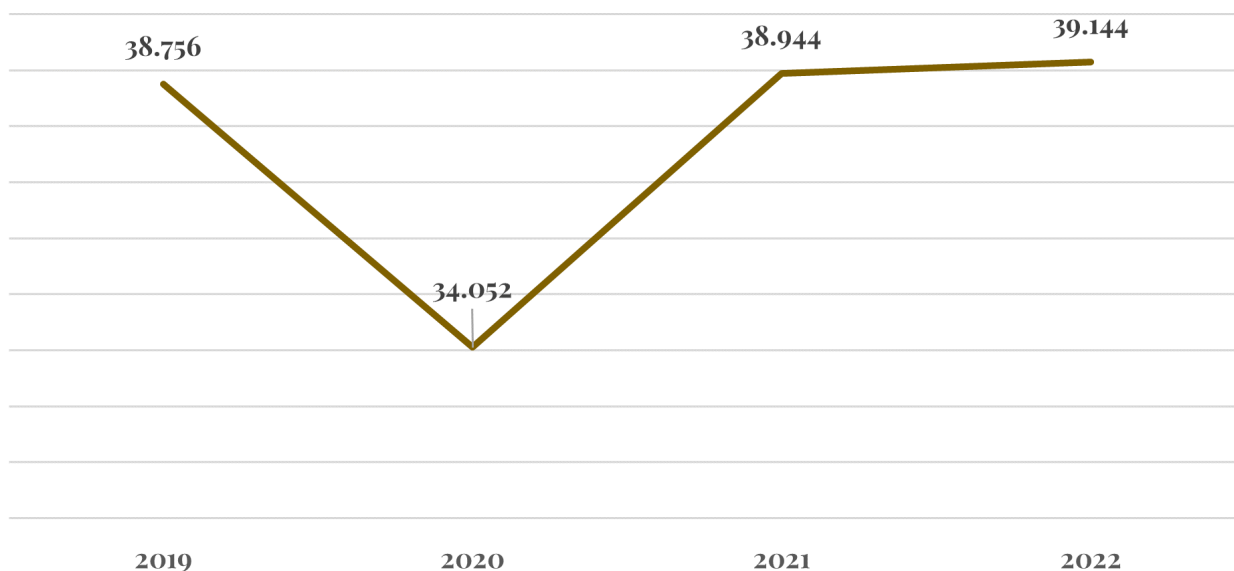


Fonte: RAIS (Elaboração ILAESE)

Poderíamos supor que a pandemia se apresenta como uma variável dessa conta, ajudando na queda da renda da classe trabalhadora. No entanto, mesmo com a melhora no número de mortes e contaminação da Covid-19, a queda não se reverteu. Cresceu a quantidade de empregos formais em mais de 2,4 milhões, enquanto a renda média caiu em R\$137,86 no período entre 2018 e 2022.

A informalidade também cresceu. O gráfico abaixo mostra a variação entre 2019 e 2022 (3º trimestre):

Trabalhadores Informais no Brasil (2019-2022)



Fonte: PNAD IBGE (Elaboração ILAESE)

A quantidade de trabalhadores informais bateu recorde em 2022, cerca de 39,14 milhões. Sem carteira de trabalho assinada no setor privado, em 2022, foram 13,21 milhões e mais 4,4 milhões de empregados domésticos, somando um total de 17,61 milhões.

É bom salientar que de um total de 5,88 milhões de empregados domésticos no país, os 4,4 milhões sem carteira assinada representam 74,8% do total desses empregados. Na verdade, majoritariamente temos mulheres negras empregadas nessa categoria.

Durante a pandemia, ferramentas

como Uber Eats, iFood e Rappi atraíram os trabalhadores e se apresentaram como uma alternativa de sobrevivência. A viabilidade de trabalhar nesses serviços permitiu encontrar uma solução temporária à falta de emprego, ainda que as relações trabalhistas não sejam respaldadas por proteção ao trabalho.

De acordo com estudo de Marcelo Manzano e André Krein, a partir da PNAD 2019, desde 2012 o crescimento desse contingente foi contínuo. Mas o salto entre 2019 e 2020 é inegável, especialmente entre os condutores de motocicleta².

² Citado no estudo do ILAESE “Os Impactos da Reforma Trabalhista de 2017 na Estrutura Sindical Brasileira”.

Se no início a falta de regulamentação do trabalho apareceu como uma liberdade para trabalhadores em categorias novas, como a dos entregadores de aplicativos, a realidade mostrou-se longe da aparência. Com baixos rendimentos e falta de assistência, esses indivíduos passaram a se reconhecer enquanto trabalhadores e não mais como empreendedores. Perceberam que a luta coletiva era o caminho para que pudessem superar as debilidades e a precariedade.

Esse movimento traz consigo um conjunto de reflexões acerca do desenvolvimento das relações de trabalho no Brasil e o papel que as organizações classistas de mais tradição têm. Em nosso país temos uma massa

de trabalhadores que não estão em empregos formais e conseqüentemente, não são representados pelo movimento sindical.

No entanto, a existência desse conjunto de pessoas é parte da pressão que os capitalistas podem fazer contra os trabalhadores formais. Como enfrentar a retirada de direitos se a grande maioria nem direitos tem?

O movimento dos trabalhadores tem uma tarefa: lutar para unir forças com essa massa de pessoas sem emprego ou subempregada. É uma forma fundamental de enfrentar, inclusive, os ataques contra o movimento sindical que vem dos governos e patrões. A força da classe trabalhadora encontra-se exatamente na sua união, em sua coletividade.



Desemprego

O IBGE anunciou que o desemprego (3º Trimestre de 2022) foi de 8,7%, o mais baixo índice desde 2015. Esse valor é calculado pela relação entre a quantidade de desocupados (9,46 milhões) e pela quantidade de ocupados (108,729 milhões).

Esses “desocupados” são aqueles que procuram ou que procuraram emprego no mês anterior à pesquisa e não encontraram. Ou seja, se a pessoa estiver sem um emprego, mas não tiver tomado iniciativa de procurá-lo, não será contabilizada. Portanto, é um critério que não reflete toda a realidade do Brasil.

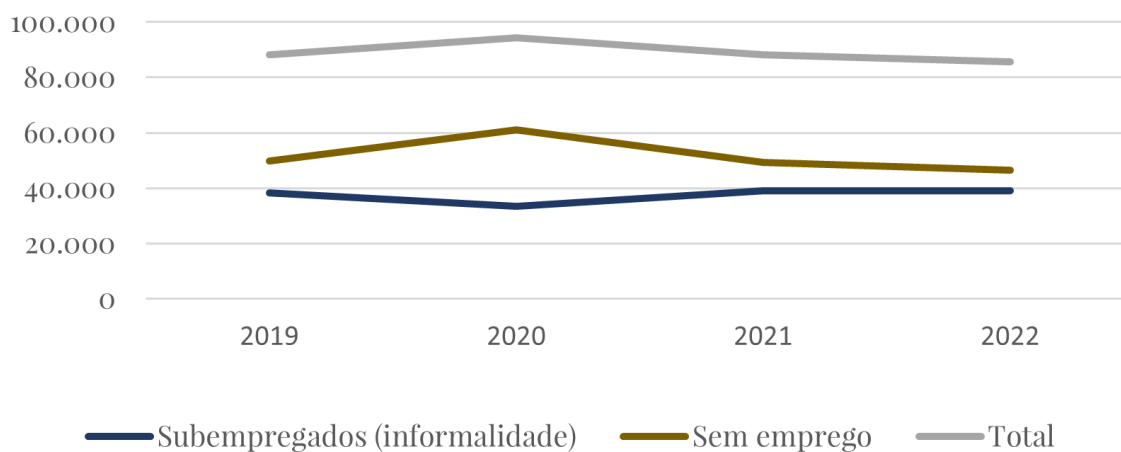
Para resolver essa questão e de fato desenhar um quadro completo da situação da classe trabalhadora em nosso país, o ILAESE busca trabalhar com um

conceito mais amplo para o desemprego. Tomamos, assim, o critério do exército industrial de reserva, somando todos que estão sem emprego, por qualquer motivo, e aqueles que estão subempregados, ou seja, que estão em uma função precária, sem direitos.

Damos o nome de exército industrial de reserva a esse conjunto porque são pessoas que facilmente largariam sua ocupação precária ou a falta dela por um emprego formal, mesmo que esse se apresentasse sem todos os direitos trabalhistas. É com isso que os capitalistas e os governos contam para aumentar ainda mais a exploração.

Observemos como vem evoluindo a quantidade de pessoas no exército industrial de reserva:

Exército Industrial de Reserva - Brasil (2019-2022)



Podemos afirmar que o Brasil é um país do trabalho precário e da falta de emprego formal. Com isso vemos que temos um contingente de cerca de 85,7 milhões de pessoas compondo o exército industrial de reserva que são utilizados de acordo com os interesses capitalistas. Em 2022, houve a redução do total devido à queda nos classificados como sem emprego, mas continuou crescendo o número de subempregados.



Pandemia não pode servir de *álibi* para Bolsonaro

Mesmo diante dos fatos trazidos, o leitor pode se perguntar se toda essa situação não foi fruto da pandemia. De fato, o governo Jair Bolsonaro usa até hoje o argumento de que a piora na vida da população se deveu às medidas de isolamento social. Isso é falso, mas é importante entender por quê.

Com o fechamento do comércio sem auxílio aos pequenos comerciantes, com a paralisação de algumas atividades por um determinado período e ao mesmo tempo a permanência de atividades que foram consideradas essenciais e que resultaram na morte de milhares de pessoas, os números do desemprego e da fome aumentaram.

No entanto, já entramos na pandemia necessitando de amparo, com as ferramentas públicas mais frágeis do que possuíamos no período anterior; com a flexibilização das relações de trabalho, nas quais o negociado vale mais que o legislado e, com isso, com muito mais facilidade para demissões. Enfim, com um governo que havia acabado de implementar a MP

da Carteira Verde Amarela, pressionando para que virasse Lei.

Frente a tal realidade, fica nítido porque houve mais de 100 milhões de pedidos de auxílio-emergencial. Também percebemos como foi insuficiente o número de auxílios concedidos pelo governo para conter a fome e a miséria.

Se houve um grande movimento de ataque aos trabalhadores, através das medidas provisórias que viabilizaram a suspensão do trabalho com uma contrapartida governamental, o que foi feito dos trabalhadores que não tinham um vínculo formal de trabalho? Com o grande ataque prévio ao trabalho formal, cujo símbolo maior foi a Reforma Trabalhista de 2017, foi preciso apenas não fazer nada.

Por fim, vale lembrar que entre as políticas que geram prejuízos à população está a PEC 32, o equivalente da reforma trabalhista para o setor público. Um de seus objetivos é acabar com a estabilidade da maioria dos servidores e multiplicar vínculos precários no serviço público.

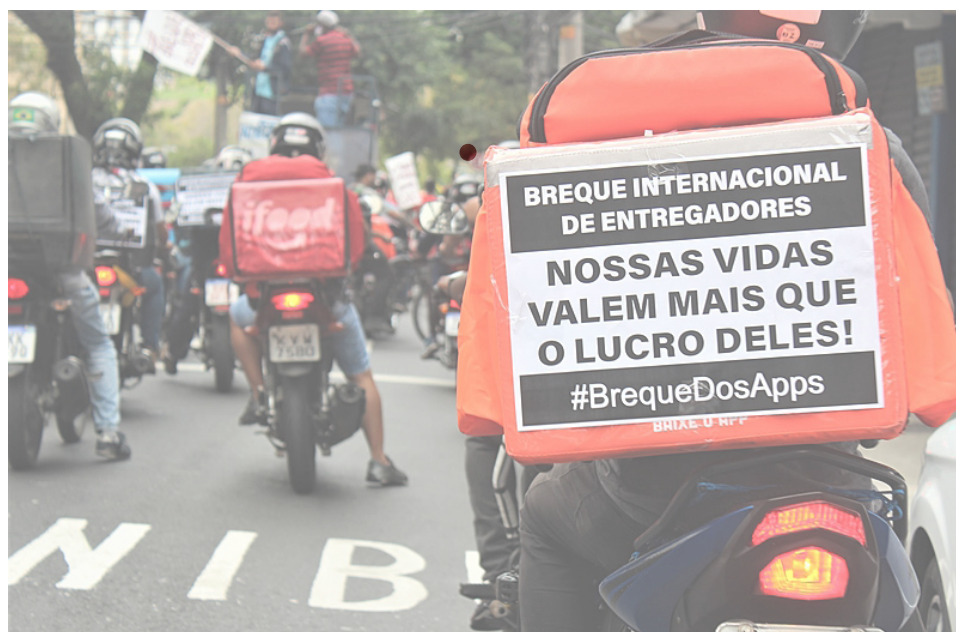
Conclusão

Este balanço não estaria completo sem retomarmos brevemente uma avaliação desenvolvida no Contracorrente nº 95 de outubro. Ali, o pesquisador Nazareno Godeiro apontou:

“...Bolsonaro não é um acidente histórico, [...] se trata de uma necessidade urgente do capitalismo brasileiro em decomposição, [...] de um instrumento cego da classe dominante brasileira para destruir o país a serviço da pilhagem colonial, que está preparando uma guerra civil contra a classe trabalhadora, especialmente seu setor mais explorado e oprimido, negros e negras da periferia”³.

Nesse sentido preciso é que afirmamos que a derrota eleitoral não significa o fim do bolsonarismo, muito menos do processo estrutural do qual foi a expressão por quatro anos. As diversas políticas de retirada de direitos populares, de um lado, e de favorecimento da burguesia, de outro, foram a contribuição da extrema-direita à recolonização do Brasil.

A “necessidade urgente” por trás disso segue viva. Derrotar esta tendência de aniquilação das condições de vida da classe trabalhadora requer uma ação decidida dos principais prejudicados nessa história.



³ [Boletim Contracorrente, nº 95, outubro de 2022.](#)



EXPEDIENTE

Contra-corrente é uma publicação mensal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. Contato: Rua Curitiba, 862, sala 307. Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30170-124. Telefone: (31) 2520-2008 - (31) 9697-4672- ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01. Diagramação: Anna Sant'Anna.